



FERNANDO AUGUSTO ALBUQUERQUE MOURÃO

África: fatores internos e externos da crise



A integração vem sendo apontada como um fator importante do processo de estabilização do sistema internacional, quer na sua visão regional quer global, reunindo os temas do processo democrático e do crescimento econômico, o qual hoje se situa preferencialmente no comércio internacional. Contudo, uma parte do globo, os países do chamado Terceiro Mundo, vem se caracterizando por uma nítida incapacidade de resposta a esse processo de maior flexibilização do comércio internacional, não obtendo quaisquer vantagens reais mantendo-se marginalizada em relação ao processo integrativo em curso. Essa incapacidade de resposta deve-se, sem dúvida, quer a fatores internos quer a fatores externos. As economias desses países são extremamente rígidas, no caso dos países africanos muito pouco diversificadas, refletindo uma adequação, próxima do tipo colonial, em face dos paradigmas da primeira e da segunda revolução industrial. Mesmo países tradicionalmente classificados como em vias de desenvolvimento, uma categoria hoje discutível, como, por exemplo, o Brasil, em que o comércio externo - importações e exportações - está por volta de 16% do PIB, caracterizam-se pelo fechamento ante uma tendente flexibilização do comércio internacional.

Em face da emergência da terceira revolução industrial que se registra no Sudeste Asiático, a situação dos países do Terceiro Mundo tende a piorar, configurando-se uma galopante marginalização. Os paradigmas da terceira revolução industrial em nada favorecem o Terceiro Mundo: menor dependência em relação às disponibilidades de recursos naturais - substituição de matérias-primas por materiais leves; menor dependência do esquema tradicional de baixos salários - a mão-de-obra perde significado - em face do custo do produto final; aumento substantivo da importância do saber na formação dos preços agregados - no caso da microeletrônica está estimado em cerca de 70%; emergência da robotização e produção de máquinas de controle numérico computadorizado; superação do taylorismo e do fordismo como formas de organização do trabalho e sua substituição pelo "Sistema de Manufaturas Flexíveis" (1).

Num cenário internacional que se caracteriza pela emergência de novos conglomerados econômicos, qual é hoje a real posição do Sul? Até que ponto as posições em termos do Terceiro Mundo são ainda reais ante a nova engenharia do sistema internacional? A retomada da importância do comércio internacional, após um período de mais de meio século em que predominou a economia administrada como fator de crescimento e, para alguns autores, de desenvolvimento, constitui-se numa reflexão central.

No campo ideológico, num mundo em que as ideologias com base num sistema de classes vêm dando lugar a ideologias nacionalistas e religiosas, que alguns autores chegam a classificar de mundo desideologizado, o Terceiro Mundo perdeu a sua condição de juiz para passar à condição de réu, sendo agora penalizado pela responsabilidade dos processos migratórios, pela doença, exportação de drogas, pela ineficácia. A passagem de um mundo bipolar para um mundo ainda de certo modo unipolar ou minipolar, acompanhada de uma crescente desestrategização, em muito contribuiu para a relativa perda de importância do Terceiro Mundo neste plano do cenário internacional, em que o multilateralismo político passa a redesenhar o novo papel das organizações regionais e das Nações Unidas, perdendo importância relativa certos agrupamentos que tiveram um papel fundamental em passado recente, como, por exemplo, o Grupo dos 77, a par de outros agrupamentos, hoje sem sentido, como o caso dos Países Não-Alinhados, que tiveram importância num contexto caracterizado por um mundo de poder congelado na feliz expressão de Araújo Castro. Somente no caso de os países do Norte, agora em franco processo de integração, enrijecerem as suas posições, e não conseguirem ultrapassar a fase de condomínio que caracteriza inicialmente os agrupamentos regionais, é que se poderia pensar, em extremo, numa rearticulação do Sul: uma rearticulação contra e não uma rearticulação para, na concepção do economista moçambicano Fernando Jorge Cardoso. A integração econômica, em termos regionais, oferece vantagens múltiplas às partes integrantes, mas não deixa de ser discriminatória em face de terceiros, pelo menos de curto para médio prazo. Isso ocorrerá até que a sua incorporação ao processo integrativo se torne atraente para os primeiros e possa evitar os efeitos negativos das

**FERNANDO AUGUSTO
ALBUQUERQUE
MOURÃO** é pesquisador
do CEA-USP.

1 Amaury Porto, *Cartas de Cingapura*, n.º 1 a 16, nov./1988 a fev./1991, Brasília, CNPq/PRH.

correntes migratórias e outros fatores perversos, ou então em face de um redesenho das políticas dos países do Sul, no sentido de definir políticas econômicas realistas imprescindíveis a um processo de relativa integração à economia mundial, partindo da diversificação das produções, no caso dos países africanos, e de um aumento de eficácia e competitividade por parte dos países comumente classificados como países em fase de desenvolvimento.

Na atualidade, assistimos à criação de um novo cenário internacional cujo desenho se apresenta de momento em compasso de espera em face das divergências regionais no fórum da Rodada do Uruguai, principalmente no campo de políticas agrícolas, que vêm opondo os EUA e a CEE, nomeadamente a França, onde as pressões dos agricultores se fazem sentir a todo momento, além de dificuldades registradas no seio da própria Comunidade Econômica Européia que, por exemplo, colocam em campos opostos os pescadores franceses e ingleses, e os portugueses e espanhóis. Num mundo amplamente flutuante, é plausível imaginar a emergência de políticas de harmonização que tendam a encontrar soluções no campo das tensões entre regionalismo e multilateralismo globalista, aliás, previstas no artigo XXIV do GATT. O processo de integração depende de uma certa flexibilização permanente em termos de processo econômico para que os obstáculos desta natureza não venham a criar embaraços ao processo político, cujas motivações são, normalmente, mais profundas em qualquer mecanismo integrativo. A flexibilização das políticas macroeconômicas numa perspectiva diacrônica é fundamental no plano das ações entre os parceiros, cujos limites são hoje determinados, entre outros fatores, pelo grau de acesso às mudanças tecnológicas, por sua vez determinantes da competitividade e das vantagens comparativas nacionais e regionais em face da nova configuração do mercado mundial.

Na perspectiva do continente africano, um continente entendido, em termos das percepções européias, como "o outro", as assimetrias são cada vez mais profundas em relação ao Norte, mesmo levando-se em conta os mecanismos consubstanciados pelos sucessivos acordos de Yaundé (1973, 1975) e Lomé (1975, 1980, 1984 e 1989), oferecendo vantagens para os parceiros africanos membros do acordo, a par dos países

ACP, que, por sua vez, atribuíam à Comunidade Econômica Européia o estatuto de "nação mais favorecida", beneficiando-os em termos de exportação de produtos agrícolas em relação à América Latina. Esses acordos, já previstos nos termos do Tratado de Roma (1957), que anunciava a criação de uma zona de comércio livre com as ex-colônias, aliás parcialmente ineficaz em face da incapacidade de resposta destes países diante da flexibilização do comércio mundial, colocaram em funcionamento alguns mecanismos de estabilização das receitas das exportações, no campo da agricultura e dos produtos minerais, respectivamente o STABEX e o SYMIN, fundos que vêm recebendo contribuições do Fundo Europeu de Desenvolvimento e do Banco Europeu de Desenvolvimento. Embora esse mecanismo, preconizado pela França, interessada em manter a sua hegemonia no continente africano, venha trazendo alguns resultados parciais em termos de uma economia de escalas, pende a nosso ver entre uma face neocolonial e uma face de integração reduzida. No Norte da África, os países do Magreb vêm fazendo esforços no sentido de encontrar fórmulas associativas com a CEE, com o apoio principalmente da Espanha e de Portugal, processo que até agora ainda não resultou em ações mais concretas. A Itália, por sua vez, tem uma certa simpatia e interesse na emergência de um espaço mediterrânico, mas qualquer iniciativa mais visível nesse sentido depende da concordância dos seus parceiros comunitários, que até hoje se caracterizam por uma política de aproximações limitadas dentro da chamada política mediterrânica, considerada uma zona limítrofe, o que na prática resulta em melhores condições de acesso de alguns produtos agrícolas. No campo dos têxteis, algumas facilidades já foram acordadas, mas na contingência dos acordos do GATT.

Nossa percepção leva-nos a crer que o continente africano apresenta poucas condições de obter vantagens reais em face dos mecanismos de flexibilização do comércio internacional, mantendo-se os mecanismos perversos da chamada assistência numa época que, tal como o ex-presidente George Bush enfatiza, se caracteriza por mais comércio e menos assistência.

Alguns países africanos, de *per se*, apresentam melhores condições do que outros para romper o fosso da marginalidade que os separa das economias comunitárias. Entre

estes poderíamos citar o Camarões, a Costa do Marfim - apesar dos efeitos da crise -, assinalar uma certa recuperação de Gana, enfatizar a seriedade das políticas levadas a efeito por Cabo Verde, aliás um país extremamente pobre em recursos naturais, a potencialidade da Nigéria, hoje a braços com uma profunda crise dos meios de pagamento, apesar de ser um pólo produtor de petróleo, só para citar alguns países subsaarianos. Os produtos agrícolas tradicionais da pauta de exportações africanas não encontram mercado no Norte. Não só há uma maior produção do Norte, nomeadamente por parte da CEE, onde se regista a produção de oleaginosas, tradicionalmente um item importante das produções do Sul, como aqueles países e blocos passaram a diversificar suas pautas de importações, e boa parte dos produtos tradicionais de importação foram substituídos por materiais leves pertinentes às novas tecnologias. Do ponto de vista industrial faltam investimentos, além do fato de que os códigos que regulam essa matéria são caracterizados por salvaguardas aos interesses nacionais, num continente que não conta com uma burguesia empreendedora expandida, e o Estado, em face dos dois choques do petróleo, da dívida externa, dos problemas naturais - a seca - e dos problemas sociais, não tem capacidade empreendedora alternativa e capacidade financeira. Vive-se num momento em que a comunidade internacional está dirigida para a privatização, e com interesses no Leste que absorvem parte dos recursos do Ocidente, recursos aliás escassos no plano internacional, obstaculizando a ação dos chamados doadores, a braços com uma crise de natureza financeira. Na África Austral emerge um espaço econômico possível com amplas possibilidades de diminuir as assimetrias com relação ao Norte, na contingência dos avanços reais do processo de democratização e na superação do regime de *apartheid* na África do Sul.

No Cone Sul do continente africano surge a África Austral, uma imensa região, potencialmente rica e, até recentemente, partilhada por dois blocos antagônicos: o dos chamados Países do Grupo da Frente e a África do Sul que sonhava com a possibilidade de poder manter o regime de *apartheid* e de se impor aos seus vizinhos do subcontinente. Num processo reativo às pretensões da África do Sul, país que se beneficiou amplamente do quadro da guerra fria, os Países do Grupo da Frente cria-

ram a SADCC (Southern Africa Development Coordination Conferente), visando à coordenação de políticas econômicas no sentido de consolidar, na medida do possível, este espaço em face da política dominante por parte da África do Sul. Os avanços da política de anti-*apartheid* na África do Sul, a recente independência da Namíbia, a evolução dos processos de democratização em Angola e Moçambique, possibilitaram a emergência de uma política de aproximações mútuas entre estados até então antagônicos, mas agora realisticamente interessados em ultrapassar as divergências e potencializar as convergências essenciais no sentido da emergência de um espaço que venha a apresentar reais condições de inserção na comunidade internacional. O primeiro passo foi dado recentemente com a transformação da SADCC na SADC (Southern Africa Development Community), uma entidade agora já não em oposição à política agressiva e hegemônica praticada pela África do Sul, mas que prevê a criação de um espaço econômico comum a toda a África Austral, gradualista, um novo cenário, oscilando entre uma zona de livre comércio, uma união aduaneira e, numa formulação mais distante, a fórmula de uma mercado comum regional. A implantação e o desenvolvimento da SADC vão depender diretamente dos avanços do processo de democratização em curso e do desmantelamento das políticas de *apartheid*, que devem culminar com a convocação de eleições gerais na África do Sul. A SADC, criada em Windhoek, em agosto de 1992, é integrada por Angola, Botsuana, Lesoto, Malavi, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

Os desdobramentos futuros da SADC, quer sob a forma de uma zona de livre comércio, quer de uma união aduaneira, ou mesmo de um mercado comum regional, certamente permitirão à África Austral condições de inserção no cenário internacional a fim de potencializar as relações que o Brasil já mantém na região, especialmente com Angola, mas agora num novo desenho que configura relações econômicas e cooperação estreitas entre a África Austral e o Mercosul, ou mesmo o Cone Sul da América Latina, uma vez que o Chile já manifestou interesse naquele espaço, a par das suas ações de aproximação com o Sudeste Asiático e com o NAFTA. O Brasil, com crescente presença nos fóruns multilaterais, jun-

tamente com o desenvolvimento de políticas regionais e de integração com o Norte, nomeadamente com a CEE, com quem mantemos um comércio apreciável, na perspectiva brasileira, cerca de 30%, também terá vantagens nessa aproximação que, certamente, trará de volta o tema da importância do Atlântico Sul, agora configurado, por decisão das Nações Unidas a partir de uma proposta brasileira ao tempo do governo José Sarney, em Zona de Paz e Cooperação, e uma vez instrumentalizado pelo poder naval e rota comercial poderá devolver ao Atlântico Sul uma certa importância que o Atlântico braudeliano perdeu para a bacia do Pacífico.

CONFLITO, DESAGREGAÇÃO E PROCESSO DEMOCRÁTICO

Aparentemente, com o fim da guerra fria, a queda do muro de Berlim, a desagregação da URSS, o processo de paz é apresentado como uma realidade, num mundo agora desestrategizado, não se dando a importância devida aos conflitos regionais, salvo a crise da Iugoslávia, possivelmente por ser um país europeu. A pouca importância que a mídia internacional vem dando aos conflitos regionais reflete de certo modo a permanência do desconhecimento do outro a par de um certo desinteresse caracterizado pela crescente onda de individualismo.

Os inúmeros conflitos regionais que hoje se registram no planeta, cerca de cinquenta, a posse de armamentos atômicos por países ainda não consolidados e com um grau de responsabilidade duvidosa perante a comunidade internacional configuram uma certa dose de fragilidade no processo da paz que, mesmo nos momentos mais críticos da guerra fria, como no caso da crise dos mísseis, acabou sendo preservada em virtude de posturas responsáveis dos dois grandes atores, a URSS e os EUA, na fase do bipolarismo. A incapacidade demonstrada pela Comunidade Europeia e pelos EUA no caso do conflito, que envolve as várias nacionalidades que compunham a Iugoslávia, corrobora a idéia de que a ordem internacional se encontra extremamente fragilizada. As sucessivas tentativas de encontrar um acordo de paz para a Iugoslávia, conduzidas pela comunidade dos países ocidentais, não só não obtiveram uma solução de paz negociada, como não conseguiram dar um paradeiro ao desento étnico, que vem sendo conseguido não só pelo exercício da guerra,

mas de limpezas étnicas extremamente violentas, aparentemente inconcebíveis. Mesmo no plano interno dos países que compõem a Comunidade Europeia, o acoradar de fantasmas nacionalistas tem resultado numa série de conflitos localizados, alguns em vias de solução política, como é o caso da Espanha, que graças a uma política de regionalização e autonomia vem conseguindo superar os conflitos étnicos. A importância crescente deste tipo de conflito reflete-se no próprio Tratado de Maastrich, que prevê a criação de um Comitê das Regiões, com caráter consultivo, composto por representantes das coletividades regionais e locais.

No campo das ideologias específicas, o fundamentalismo, um movimento que repudia as influências ocidentais e que se assenta numa interpretação mais radical da religião islâmica, está hoje em plena expansão, inclusive nos países do Norte da África, do Egito a Marrocos, passando pela Argélia e atingindo vários países africanos, fechando o cerco do crescente sobre a Europa. Em face da possibilidade real de uma ampla vitória da Frente Islâmica de Salvação (FIS), as forças políticas argelinas entregaram o poder ao Conselho de Segurança, órgão constitucional que até hoje não conseguiu debelar o clima de instabilidade política reinante, não só na Argélia, como na maioria dos países do Norte da África, além do Sudão e mesmo do Senegal, embora em escala menor. O fundamentalismo, um movimento radical e antiocidental e que representa uma ameaça à ordem atual dos estados islâmicos, não deixa de ser uma resposta ao caos, à desagregação social e à ingovernabilidade resultantes do aumento substantivo das assimetrias que separam estes países do mundo do comércio internacional.

No nível do subsistema internacional político e ideológico, o mundo atual caracteriza-se pontualmente por uma crescente desideologização, pelo menos no nível das aparências, e pelo ressurgimento de ideologias específicas, de natureza nacionalista, político-religiosa e mesmo racista. É neste quadro de fragilidade, extremamente sombrio, que temos de analisar os conflitos, a desagregação, a degradação social e o processo democrático nos países do continente africano. Se em face dos conflitos dos Bálcãs as Nações Unidas, a Comunidade Económica Europeia, a OCDE e outros mecanismos internacionais se têm mostrado inca-

pazes de encontrar uma solução eficiente, no plano do continente africano, a Organização da Unidade Africana segue o mesmo caminho por falta de poder político e de meios. Num contexto em que se valorizam internacionalmente a paz, o bem-estar e tantos outros, o mundo, na verdade, permanece estupefato ou mesmo cínicamente olhando os acontecimentos.

Apesar do princípio de *Uti possidetis juris* continuar a ser um dos pontos centrais da Carta da OUA (Addis-Abeba, 1963), visando manter intangíveis as fronteiras coloniais, o continente africano vê-se a braços com uma série de conflitos étnicos cujas raízes assentam em causas várias. Um dos fundamentos do partido único, formulação política que se propagou na maioria dos países africanos no pós-independência, foi o de que o pluripartidarismo poderia levar à criação de partidos étnicos, como de fato ocorreu na Nigéria no momento da independência. O Estado, o governo, assente no partido único, teria melhores condições de levar a cabo o seu projeto histórico de criar a nação. O partido único, numa formulação weberiana (2), que se apresenta sob três modelos - o partido único composto de direção colegial (protótipo: UPS, Senegal), o partido único centralizador com direção popular (protótipo: PDG, Guiné) e o partido único atomístico de direção pessoal (protótipo: PDCI, Costa do Marfim) -, acabou por gerar uma burguesia burocrática em face da inexistência de fato dessa classe. Embora reconheçamos a presença de uma burguesia de negócios - o circuito da noz de cola, por exemplo -, esta insere-se no chamado setor tradicional da população que, numa infeliz dicotomia tão em voga nos últimos decênios, colocava este setor da população em oposição ao setor moderno. Por isso ela não teve nem disputou representatividade política em face de um Estado assentado no sistema de partido único, que recrutava os seus quadros preferencialmente no setor dito moderno. É curioso assinalar que só muito recentemente a literatura antropológica, refletindo conceitos coloniais, passou a estudar este importante segmento das sociedades africanas. A programação do partido único centrou-se nas idéias do planejamento econômico e social, quer na sua leitura clássica quer na leitura neomarxista, um planejamento rígido, pouco flexível, que não atendia às necessidades reais de criar ou dinamizar os circuitos comerciais entre o setor urbano,

dito moderno, e o setor rural, dito tradicional, provocando a crise nos meios rurais e resultando nas migrações para as cidades e conseqüente inchamento das principais cidades, nomeadamente das capitais políticas, onde surgiu um clientelismo marginal.

As análises no campo das ciências sociais, nomeadamente os estudos antropológicos e sociológicos, partiram - durante um alongado lapso de tempo e refletindo conceitos básicos coloniais - da nefasta dicotomia entre o tradicional e o moderno, ora privilegiando um, ora outro, afastando-se de uma análise realística global. A importância do papel tradicional, a África profunda como a chama Fábio Leite, não tem sido devidamente equacionada, em estudos mais de natureza pontual ou monográficos. O mesmo se pode dizer em termos das conseqüências da inserção dos países africanos na economia internacional, reforçando as tendências para a visão da autarcia no sentido que Samir Amin oferece, uma África desconectada do mundo, com visões não-operativas em face do advento do comércio internacional como mola do crescimento.

A valorização dos discursos étnicos vem ocupando a atenção das ciências sociais nos últimos anos e corresponde, para além de uma resposta aos fatos étnicos que se registram, a um desenvolvimento de um campo de discussões introduzidas com um certo viés ideológico no período da guerra fria, a um elemento desestabilizador dos projetos nacionais em curso.

A propósito da luta intestina que se registra em Angola, em oposição ao governo central de Luanda, nas mãos do MPLA, legitimado recentemente pelo resultado do processo eleitoral conduzido com a presença de observadores da comunidade internacional, surgem em alguns centros europeus e norte-americanos controvérsias em torno do problema étnico, defendendo-se, em alguns casos, uma solução de partilha para Angola, tema que aliás perdeu um pouco da sua importância em face do reconhecimento do governo angolano pelos EUA (19/5/1993), quando o Brasil, acertadamente, já o fizera na própria noite da proclamação da independência, certo de que não só reconhecia um novo país, mas um futuro integrante membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, agora em fase de gestação, aproximando os países de língua comum. O problema étnico, uma realidade, precisa ser analisado numa perspectiva de processo histórico, verificando-se ao longo

2 Linoné Sylla, *Tribalismo et Parti Unique en Afrique Noire*, Paris, Presses de Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977



do tempo e do espaço o fenômeno das migrações interétnicas de que resultaram processos pluriculturais, o que torna discutível o tema das fronteiras étnicas. O problema existe, mas é de tal forma matizado que, de *per se*, não se torna uma base segura para afirmar que o país se configura como um mosaico étnico. Recentemente, Maria da Conceição Neto (3) pôs em evidência a dificuldade de se traçarem "fronteiras históricas", quando os "Estados africanos anteriores à colonização, as populações abrangidas, não são necessariamente uniformes do ponto de vista étnico e cultural". A partilha de áreas de influência missionária, principalmente entre católicos e protestantes, a mobilidade de populações em função de zonas especializadas em produções agrícolas de tipo colonial clássico e, finalmen-

te, os fluxos migratórios para os centros urbanos, intensificados pela crise advinda com a guerra civil, aprofundaram as alterações históricas do quadro étnico.

Se o processo da guerra civil em Angola reflete ainda posicionamentos no quadro da guerra fria, a par de fatores endógenos, no caso da África do Sul os confrontos entre o ANC e o INKATHA são a resultante de mais do que uma velha rivalidade entre grupos étnicos, até porque o ANC conta no seu seio com integrantes de várias origens. O que ocorre é o aproveitamento político do papel dos zulus, utilizados por organizações extremistas favoráveis à permanência do *apartheid*. Essa organização Zulu, conservadora, de natureza política e cultural, vem perdendo audiência política desde os anos 80. A criminalidade, que registra altos

3 Maria da Conceição Neto, *A Propósito das Fronteiras Étnicas em Angola ou o Impossível Retorno ao Passado*, Huambo, Junho, abril de 1990, p. 2.

índices nos centros urbanos e que levanta um problema importante para o futuro da democracia sul-africana, é igualmente um fator inquietante na medida em que crimes sociais revestem-se, por vezes, de uma certa semelhança com os atentados políticos. O processo da criação de uma nação multirracial passa pela ação e pelo importante papel do congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (COSATU) e do Conselho das Igrejas Sul-Africanas. É curioso registrar que recentemente um sindicato branco reivindicava a criação de países separados para brancos e negros, a exemplo do quadro que se registra na Bósnia. Com o fim do bipolarismo e com o advento do comércio internacional, o quadro internacional e os mecanismos de inserção nessa nova realidade, quer sob o figurino do regionalismo, quer do globalismo, impõem à África do Sul o fim do *apartheid*, indispensável à criação de novos mecanismos econômicos regionais que, certamente, irão permitir a dinamização dos processos de inserção no plano do comércio internacional, a partir de um agrupamento regional coeso.

Guerras étnicas, fome e anomia social entrecruzam-se como fatores causais numa explicação ampla do quadro de guerra civil que caracteriza numerosas nações africanas, num processo que alguns analistas designam de somalização do continente africano. No caso extremo da Somália, hoje submetida à administração internacional por parte das Nações Unidas, à luta partidária e aos saques de armas dos arsenais do governo, quando da queda do presidente Siad Barre, um ditador que no período da guerra fria oscilou entre aproximações com a URSS e com os EUA, surgiram frações e bandos armados, impondo uma certa ordem benéfica aos seus interesses particulares, dos quais se sobressaíam os elás de Mohamed Farrar Aideed e Ali Madhi Mohamed em luta pelo poder desde que Siad Barre foi obrigado a abandonar o poder (janeiro de 1991). Já no caso da recentíssima independência da Eritreia, supervisionada pelas Nações Unidas, assentada na luta pela independência levada a cabo durante anos pelos movimentos eritreus (FLE, FLPE), com apoio logístico no Sudão, a vitória deveu-se à falta de capacidade da Etiópia, a braços com graves problemas internos, que via, na figura de uma federação com a Eritreia, uma saída para o mar. Já em setembro de 1991, quando participamos da Conferência Internacional sobre el Conflicto del Cuerno de

África, na Universidade de Alcalá de Henares, verificamos que o conflito envolvendo a Etiópia, a Somália, o Sudão e mesmo o Quênia, já não se caracterizava por um conflito globalista, uma extensão da guerra fria ao Corno da África, mas de uma resultante regional. Todas as delegações presentes mostraram profundo interesse em ultrapassar e encontrar os caminhos da paz, necessários à sobrevivência das populações.

Enquanto a Namíbia encontrou a paz num quadro extremamente realístico e ascendeu à independência como país, lutas internas já causaram mais de vinte mil mortos entre a população civil da Libéria, dilacerada por uma guerra civil em que o líder guerrilheiro Charles Taylor, apoiado nos gios e nos manos, aproveitando-se de descontentamentos de origem étnica, passou a controlar uma parte do país, enquanto forças dos países do Oeste da África, sob o controle da OUA, ocuparam a capital, mas não conseguiram impor a ordem no território nacional, o que parece ser extremamente difícil. Mesmo os aliados, sob o controle da ONU, no caso da Somália, foram forçados a transferir importantes contingentes militares, com proteção aérea, e compostos por forças de vários países, com predominância dos EUA e da França. O controle das lutas internas abre um novo capítulo no campo dos estudos estratégicos.

Para além dos confrontos que se registram diariamente nos países do Norte da África, opondo os governos locais aos movimentos fundamentalistas, com destaque para o Egito e para a Argélia, na África subsaariana registram-se numerosos conflitos: no Burundi, as minorias tutsi são fustigadas pelo grupo majoritário dos hutus; no Chade registram-se rebeliões no Oeste e no Sul do país; no Mali, as autoridades de Bamako vêm-se às voltas com os tuaregues, um povo nômade em busca da sua identidade; na Mauritânia registram-se choques entre a população branca islamizada e os povos negros do Sul, tal como ocorre no Sudão, onde as populações do Sul, africanas negras, enfrentam o governo de Kartum, o Sudão islamizado do Norte, sobressaindo-se, entre estes movimentos, o Anaya Nya II, que recebia apoio da Etiópia. No Quênia vêm-se registrando confrontos e migrações étnicas; no Senegal, na Casamance, uma antiga área de colonização portuguesa, a população luta pela autonomia; na Ruanda repetem-se os choques entre os hutus e os tutsi; na Uganda,

um país que teve a sua agricultura esplendorosa destruída, os acholi e os langi, que habitam o Norte do país, confrontam-se com o exército nacional recrutado entre os baganda e os banyarwanda, enquanto que no Zaire, um país extremamente rico quer do ponto de vista agrícola, quer no que toca aos minerais - o urânio aí extraído foi de importância capital para a formação de reservas que levaram à construção das primeiras bombas atômicas -, hoje a braços com uma profunda crise social e económica, registram-se periodicamente ações desencadeadas por massas extremamente pobres, pondo em perigo o governo central.

O quadro dos confrontos que se registram no continente africano não pode ser reduzido ao quadro do confronto das etnias, do tipo dos confrontos já históricos entre hutus e tutsi, no Burundi e na Ruanda, e que tende a ser evidenciado como nó górdio da questão a partir dos confrontos étnicos na Europa, nomeadamente no teatro da Bósnia. Problemas sociais e económicos que levam populações a conviver com a fome, e a total incapacidade dos mecanismos do Estado de encontrar soluções de natureza social, económicas e mesmo políticas, devem ser apontados. A falta de representatividade das populações nas instituições governamentais surge como um obstáculo.

Ultimamente tem-se registado uma certa tendência no sentido de reduzir os principais problemas que afligem o continente africano à raiz étnica das suas populações, o que não deixa de ser uma observação reducionista e superficial da questão, que é muito mais profunda. As fronteiras políticas do continente africano, traçadas pelo regime colonial na Conferência ou Congresso de Berlim de 1885 e aceites pelo princípio de *Uti possidetis juris* da Carta da Organização da Unidade Africana, são, em sua maioria, possíveis. O problema central não é tanto um redesenho de fronteiras, com consequências seriíssimas, mas antes que os países africanos procedam a amplas reformas internas no sentido de um processo democrático amplamente representativo das populações que compõem os conjuntos nacionais, a par da criação de mecanismos que permitam uma real inserção no sistema internacional, cujo paradigma central é o comércio internacional. Na verdade, a África do Norte tende a encontrar mecanismos associativos com a Comunidade Económica Europeia, que poderão ser obstaculizados no campo de uma vitória do fundamentalis-

mo; parte da África subsaariana, através ou dos mecanismos dos acordos de Lomé ou de novos instrumentos de negociação, tende a uma maior associação com a Europa, onde a França representa um importante papel, uma vez que não quer perder a sua posição em relação aos países africanos; a África Austral, uma vez transposto o regime de *apartheid* e consolidada a paz em Angola e Moçambique, por suas condições especiais e potencialidades, tem condições de se inserir no contexto internacional de uma forma mais ampla em relação aos grandes blocos económicos, à Comunidade Económica Europeia, aos EUA (NAFTA) e ao Sudeste Asiático, incluindo o Japão, além de ser possível desenvolver relações no plano do Sul com o Cone Sul da América Latina.

Se é verdade que nos últimos anos o conceito de soberania vem sendo revisto em face da concretude dos fatos, veja-se o novo papel do Conselho de Segurança das Nações Unidas quando da crise do Golfo: um papel extremamente ativo depois da paralisia a que esteve voltado durante a guerra fria. Contudo, não é aconselhável descartar o papel tradicional do Estado. Somente no caso de nações fortes, ou relativamente fortes, como no caso dos países que integram a Comunidade Europeia, é que assistimos à transferência de poder para uma ordem supranacional que, por sua vez, é acompanhada da transferência de poder supranacional para o plano nacional dos Estados. No caso dos países africanos não é possível equacionar transferências de poder no campo da soberania sem que previamente estes países tenham atingido um mínimo de estabilidade económica e social pois, do contrário, como a história política contemporânea mostra, as associações entre países que não têm um mínimo de estabilidade social e económica tendem ao fracasso. A história recente das relações internacionais, na África, mostra isso, ou então esses organismos não conseguem ultrapassar a fase romântica das integrações formais.

É natural que, no futuro, na perspectiva do processo democrático, agora iniciado no continente africano, e desde que se verifique um mínimo de condições de natureza económica que garantam a estabilidade das estruturas económicas e sociais, comecem a surgir Estados federativos que contemplem os problemas de natureza étnica e regional.